

“Não há capitalismo sem racismo”: A luta antirracista pela base é tarefa do SINASEFE

Movimento por uma Escola Popular (MEP)

1. Introdução

Muitos de nós reproduzimos, corretamente, que o racismo é estrutural e estruturante na sociedade capitalista. Entretanto, é preciso explicar o porquê, pois somente assim poderemos avaliar e construir os melhores caminhos para enfrentá-lo, avançando com responsabilidade e consequência militante para com essa pauta que, em nossa avaliação, deve ser tarefa central de todo e qualquer sindicato, partido ou movimento social comprometido no Brasil. Sendo assim, nos parece que, para além de outros desdobramentos possíveis, no campo da reflexão teórico-política, nos interessa saber qual é exatamente a função da *ideologia do racismo* na dinâmica capitalista, já que concordamos com a clássica frase de Malcom X, de que “não há capitalismo sem racismo”. Dito isso, fica a pergunta: por quê?

Estamos convencidos de que a forma através da qual a sociedade capitalista funciona exige, desde sua origem, a *ideologia do racismo* que, por sua vez, é um produto histórico da própria modernidade capitalista. A contradição central do mundo capitalista está na luta capital x trabalho, sabendo que “capital” nada mais é do que uma particular forma de *relação social*, pressupondo possuidores dos meios de produção de um lado (capital) e possuidores de força de trabalho do outro (trabalho), enquanto única mercadoria sob posse da classe trabalhadora, o que a obriga vendê-la no mercado, para que somente assim, mediante um salário, possa acessar os produtos que poderão satisfazer suas necessidades humanas, sejam elas do estômago ou da fantasia.

O que dissemos acima caracteriza uma particular divisão social do trabalho, basicamente em duas dimensões: trabalho intelectual e trabalho manual. A grande questão é que em um determinado momento da história humana essa divisão social do trabalho assumiu características raciais em dimensões globais, ou seja, o capitalismo produziu, também, uma ***internacional divisão racial do trabalho***. Diferente do mito ideológico que eterniza o fenômeno do racismo, na clássica frase de que “sempre foi assim, logo, sempre será”, esta ideologia tem origem datada, desenvolvimento e um caminho para que hoje possa se apresentar enquanto um conjunto de propostas políticas determinantes na atual conjuntura. Façamos este caminho, ainda que brevemente.

2. As bases materiais da ideologia do racismo

As origens desse fenômeno se encontram no período da assim chamada acumulação primitiva de capital – o longo processo de separação de trabalhadores e trabalhadoras de seus meios de produção – que teve no sistema colonial, na escravidão indígena e na escravidão negra moderna um de seus principais métodos de acumulação, possibilitando assim a emergência e consolidação do modo de produção capitalista propriamente dito, ou seja, o capitalismo industrial. A violência e o trabalho manual compulsório negro (escravidão) estão no “DNA” do capitalismo, não apenas na sua origem e, justamente por isso, ao passo que ele se desenvolve, esta divisão racial se desenvolve e se aprofunda conjuntamente.

O racismo é uma ideologia, mas ao contrário do que muitos podem pensar, ideologia não é apenas um conjunto de ideias que conformam uma determinada visão de mundo, tampouco uma ideia que simplesmente falsifica a realidade, pelo menos não é esta a embocadura de Karl Marx, para nós, a principal referência no 1

assunto . Entendemos, em conjunto com Marx e Engels, que ideologia nada mais é do que a

expressão ideal ¹ Ver sobre o assunto em A Ideologia Alemã, de Karl Marx e Friedrich Engels.

de uma determinada base material, que justifica, naturaliza, inverte, oculta e apresenta aquilo que é particular como universal, com uma específica função, isto é, a de *dominação*.

Neste exato sentido, o racismo está no campo das ideias, valores e juízos que, sim, informam e orientam determinadas posturas e justamente por isso se expressam *praticamente* na vida real. Sendo assim, se queremos entender o racismo, não podemos nos perder apenas na sua dimensão ideal (que sempre irá se expressar na prática), o que nos levaria para uma análise apenas cultural do fenômeno, conformando assim uma análise *culturalista* do mesmo. Ainda que a análise cultural seja essencial, não dá conta por si só, de explicar a totalidade da questão, podendo nos levar para avaliações meramente *morais* desta, fazendo com que formulemos de maneira equivocada nossas políticas de combate e enfrentamento ao racismo. Da mesma forma, a análise econômica por si só não resolve nada, é apenas economicismo vulgar. É preciso analisar a totalidade e, para isso, se faz necessário um método, que pode ser traduzido por “caminho”. Por sua vez, todo caminho tem um ponto de partida. É preciso, portanto, partir da análise da estrutura (econômica) para que possamos ver como ela se expressa na superestrutura (política, jurídica e ideológica) que, uma vez consolidada na cultura de um determinado tempo e espaço, passa também a sobredeterminar o movimento do real, ainda que sem nunca deixar de ser determinada, apenas em última instância, pela economia.

Por este motivo precisamos olhar para as bases materiais desse fenômeno racial - que só poderiam ser econômicas - tendo sua origem histórica no modo de produção escravista, sendo este parte do sistema colonial, método determinante no período de acumulação primitiva de capital que produziu uma internacional divisão racial do trabalho, incorporada de maneira *sui generis* pelo novo modo de produção, o capitalismo. A partir daí sim, poderemos compreender como este fenômeno se expressa no campo das ideias, e mais, como se consolida nas tradições culturais de um tempo histórico. Enfim, cabe a nós perguntar: qual é exatamente a função do racismo no capitalismo?

3. A função do racismo no capitalismo

É de conhecimento que o objetivo do capitalista é lucrar, a qualquer custo, cada vez mais. Mas o lucro é apenas uma pequena parte do que chamamos de mais-valia. Se valor, em termos econômicos, é quantidade de trabalho humano (abstrato), medido em tempo ou em dinheiro, o valor da mercadoria força de trabalho equivale a um determinado tempo de trabalho, fixado dentro de um contrato com o possuidor de dinheiro (patrão), que também se expressa em uma determinada quantidade de dinheiro, o salário. Esse salário, em linhas gerais, é equivalente ao tempo de trabalho necessário para realizar a compra dos bens de consumo essenciais à reprodução da própria força de trabalho, para que ela possa se levantar e gastar energia em mais um dia de trabalho. De maneira sintética, já que o assunto é complexo e o espaço não nos permite um maior aprofundamento, podemos afirmar, sem medo de errar, que existe uma intrínseca relação entre uma maior extração de mais-valia (portanto, possivelmente, de mais lucro) com o quanto se remunera o trabalhador pela força de trabalho utilizada dentro de um determinado tempo de trabalho realizado. Ou seja, existe uma relação de proporção entre salário e mais-valia.

Sendo assim, se é possível pagar um salário mais baixo, é possível valorizar mais o valor e aumentar

as taxas de lucro. Por isso, perguntamos: será que a existência de amplos grupos de pessoas que podem receber menores salários por sua condição racial (ou de gênero, por exemplo) é funcional e eficiente para o capital? Não temos quaisquer dúvidas. Este mecanismo irá cumprir papel central tanto no momento de crescimento econômico, potencializando as taxas de lucro, sobretudo em um país de capitalismo dependente como o nosso, de classes dominantes dominadas pelas burguesias do centro capitalista mundial, mas principalmente nos momentos de crise e nos caminhos para sair delas, onde o povo negro ocupa lugar central, absorvendo a maior parte dos impactos causados pelos processos de aprofundamento da retirada de direitos historicamente conquistados. Como ocorreu, por exemplo, com as recentes contrarreformas trabalhista e da previdência; demissões e alto índice de desemprego; encarceramento em massa; genocídio e “queima de capitais”, como veremos mais à frente. Ou seja, as clássicas respostas apresentadas pela burguesia e seus representantes burocráticos no Estado para sair da crise precisam passar, e não poderia ser diferente, pelo ataque direto às populações negras e indígenas brasileiras, tal como temos visto na presente crise, agudizada de maneira dramática pela pandemia de covid-19.

Este mecanismo aparece justificado (ideologia), de maneira cristalina, pelo enraizamento cultural preconceituoso do como o senso comum enxerga os segmentos oprimidos da classe trabalhadora, sobretudo os segmentos indígena e negro. Por isso a ideologia sempre *mostra ocultando*, ao mesmo tempo. Sabemos que a ideologia da *inferioridade racial imposta* aos povos não-brancos, por exemplo, também incorporada e reproduzida pelos próprios negros (doloroso fenômeno sintetizado enquanto auto-ódio), tal como aparece para nós, é uma mentira, sendo na verdade um produto histórico de uma particular forma econômica de produzir e reproduzir a vida, o capital.

Mas, na vida real, por outro lado, experimentamos literalmente essa ideologia da *inferioridade racial* e os números não nos deixam mentir. Como dissemos, lideramos todos os piores índices sociais: no mercado de trabalho, na educação, na moradia, no encarceramento em massa e no genocídio praticado permanentemente pelo Estado ²

democrático de direito . É a dimensão real desta *inferioridade racial* que cumpre um papel central no

² Sobre os índices sociais gerais: “No mercado de trabalho, os pretos ou pardos representavam 64,2% da população desocupada e 66,1% da população subutilizada. E, enquanto 34,6% dos trabalhadores brancos estavam em ocupações informais, entre os pretos ou pardos esse percentual era de 47,3%. O rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas (R\$2.796) foi 73,9% superior ao da população preta ou parda (R\$1.608). Os brancos com nível superior completo ganhavam por hora 45% a mais do que os pretos ou pardos **com o mesmo nível de instrução [grifo nosso]**. A desigualdade também estava presente na distribuição de cargos gerenciais, somente 29,9% deles eram exercidos por pessoas pretas ou pardas. Em relação à distribuição de renda, os pretos ou pardos representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos e apenas 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos. Enquanto 44,5% da população preta ou parda vivia em domicílios com a ausência de pelo menos um serviço de saneamento básico, entre os brancos, esse percentual era de 27,9%. Pretos ou pardos são mais atingidos pela violência. Em todos os grupos etários, a taxa de homicídios dos pretos ou pardos superou a dos brancos. A taxa de homicídios para pretos ou pardos de 15 a 29 anos chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 para brancos. Para os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa foi 185,0. Também não há igualdade de cor ou raça na representação política, apenas 24,4% dos deputados federais, 28,9% dos deputados estaduais e 42,1% dos vereadores eleitos eram pretos ou pardos. Esses dados são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, que faz uma análise das desigualdades entre brancos e pretos ou pardos ligadas ao trabalho, à distribuição de renda, à moradia, à educação, à violência e à representação política. Acesse a publicação completa e o material de apoio para mais informações. As análises desse estudo estão concentradas somente nas desigualdades entre brancos e pretos ou pardos, devido às restrições estatísticas impostas pela baixa representação dos indígenas e amarelos no total da população brasileira quando se utilizam dados amostrais. Em 2018, 43,1% da população brasileira era branca; 9,3%, preta; e 46,5%, parda. Esses três grupos juntos representavam 99% do total de moradores do país.”.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-perm-anece>. Sobre o genocídio: “As taxas de homicídio no país não se reduziram no período de 2012 a 2017. Pelo contrário, entre pessoas pretas ou pardas, essa taxa aumentou de 37,2 para 43,4 mortes para cada 100 mil habitantes, enquanto, para a população branca, o índice ficou estável entre 15,3 e 16. Essa diferença significa que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em 2017.”. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-d-e-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>. Sobre o encarceramento em massa: “Segundo dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira. Em relação aos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado (2005 a 2012), existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população.

sistema de opressão e exploração, já que somente assim é possível manter justificada a leitura imediata e automática pelo senso comum de que é “natural” (ideologia) que o povo negro acesse apenas os empregos lidos socialmente enquanto subempregos, com menores salários e que, mesmo com o mesmo nível de escolaridade, a depender da função, esses e essas sejam sempre remunerados abaixo do que é remunerada a branquitude. Em linhas gerais, essa é a base da relação sistemática das opressões com a exploração: oprimir para melhorar explorar. Não como *escolha* do capital, mas como *necessidade*. Por isso não existe capitalismo sem racismo, bem como não existe capitalismo sem machismo ou lgbtfofia. No caso particular brasileiro jamais poderemos deixar de mencionar o preconceito regional contra nortistas e nordestinos, igualmente fundamental nesta mediação opressões-exploração, na particularidade brasileira.

É através desta chave que a raça não pode ser pensada apartada da sua dimensão de classe. E, é preciso dizer para aqueles e aquelas que ainda acham que o debate racial é menor, ou secundário: não entenderam simplesmente nada, já que tratar da classe, esvaziada de seus complexos parciais (gênero, raça, sexualidade etc.), vira uma completa abstração idealista, nos prendendo no campo infértil da agitação barata que em nada nos ajuda. Os vários grupos e segmentos que existem no interior da classe trabalhadora, ainda que tenham a mesma substância de classe, que os unificam; experimentam e vivem objetivamente o seu ser de classe trabalhadora, no cotidiano, de maneiras muito diferentes e particulares. Perguntar se a prioridade política deve ser a raça ou classe não faz qualquer sentido, já que para nós é preciso operar em termos de **raça em classe!**

Por isso, se queremos conhecer melhor a nossa própria classe, para melhor organizá-la em luta, é nossa tarefa sermos capazes de analisar tais particularidades. Por um lado, sempre em movimento, dentro de relações de centralidade e determinação para com a totalidade da classe trabalhadora e, pelo outro, exercendo também aquilo que de mais bonito precisamos exercer na luta cotidiana, preferencialmente de maneira exemplar e pedagógica: a solidariedade de classe. Por outro lado, o somatório das lutas dos complexos parciais de modo fragmentado não dá a totalidade da luta, já que o que se percebe é que, nesse caso, há cada vez mais uma apropriação e cooptação dessas agendas pela burguesia de uma forma potente e avassaladora. Assim, pensamos que só uma interpretação classista poderá efetivamente levar adiante uma luta antirracista.

4. Conjuntura, crise capitalista, pandemia e racismo

Atravessamos um longo momento de crise, que é anterior à pandemia da covid-19, mas que sem dúvidas é intensificada por ela, em todas as suas dimensões, já que ela acerta em cheio algumas

das grandes necessidades do capital: nas esferas da produção e circulação de mercadorias mas, mais diretamente na dimensão da *realização do valor* através do consumo de mercadorias que não servem para nada caso fiquem empilhadas nas prateleiras dos mais variados tipos de mercado. Justamente por isso, assistimos todos os dias desde o início da pandemia a pressão feita pela presidência da república em prol de medidas de flexibilização do isolamento social, que por sua vez eram amplamente defendidas por setores da comunidade científica mundial como a melhor estratégia de enfrentamento à pandemia. A questão é que, em momentos de crise do capital, onde em geral acontece a superprodução de mercadorias que já não podem realizar valor, é preciso **destruir forças produtivas** para que o ciclo de valorização do valor possa girar virtuosamente uma vez mais. Este processo é vulgarmente chamado de “queima de capitais”.

Contudo, se faz necessário lembrar que as forças produtivas não são apenas as instalações prediais, máquinas, ferramentas, e tecnologias (chamadas pela crítica da economia política de “capital fixo” ou “capital morto”, já que não possuem vida, literalmente), mas, sobretudo, força de trabalho humana, que também é uma mercadoria, utilizada enquanto força produtiva (chamada de “capital vivo” ou “capital

prisional era negra. Constata-se, assim, que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados.”. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1.

variável”, já que é a única que varia o valor, produzindo “mais-valor”/mais-valia). Portanto, quando falamos de “queima de capitais” não estamos falando apenas das clássicas imagens que temos de destruição das sacas de café no passado, ou das toneladas de tomate abandonados nas estradas que por vezes vemos nos noticiários, mas a destruição de pessoas. Literalmente “queimar capital vivo”, isto é, ***políticas deliberadas de extermínio de pessoas***.

Um dos exemplos é a permanente “guerra às drogas”, que no caso é guerra aos pobres – jovens, pretos e favelados em sua grande maioria. Esse é um pressuposto fundamental para a atuação política do Estado burguês, independente do governo presente. Afirmar isso significa sermos coerentes com a dimensão **estrutural** do racismo. A era petista, por exemplo, sobretudo nos governos de Lula, foi conivente, formuladora e apoiadora das Unidades de Polícia Pacificadoras no Rio de Janeiro de Sérgio Cabral, atualmente preso. Estiveram à frente da ocupação do exército brasileiro em favelas, como foi no Complexo da Maré. Esses exemplos apenas confirmam nossa tese. A questão é que no governo Bolsonaro isso assume dimensões ainda piores, já que falamos de um governo com características abertamente fascistas.

Jair e toda a família Bolsonaro nunca se preocuparam em esconder seu racismo e seu ódio aos mais pobres. A questão é que esse ódio precisa se expressar politicamente, já que, para além de ser parte de um projeto autocrático, com nítidos traços saudosistas dos ares de 64, é também uma **necessidade econômica**. Para que não nos falte memória, relembremos algumas das propostas

já apresentadas por Bolsonaro e sua família: a) ⁴

rígido controle de natalidade ; b) esterilização de mais pobres como solução para a fome, miséria, criminalidade e violência; c) condicionar o bolsa-família às cirurgias de laqueadura e vasectomia como medida econômica para combate a miséria e violência; d) redução da maioridade penal. Nos parece que essas possuem aderência com as medidas que foram propostas no contexto conjuntural de pandemia. Vejamos: a) isolamento vertical; b) sugerir e permitir que as pessoas se contaminem para que assim criem anticorpos contra o novo coronavírus, equivocadamente chamada por eles de “imunidade de rebanho”; c) utilização da cloroquina/hidroxicloroquina para o combate da covid-19;

d) utilização da cloroquina/hidroxicloroquina em especial para os mais “humildes”. Como podemos interpretar essas propostas? Em primeiro lugar é preciso dizer o óbvio: a pandemia da covid-19 mata mais pobres e pretos no Brasil.

³ “Agora polícia bate em quem tem que bater”, disse Lula sobre o “sucesso” das UPPs. Ver em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI178030-15223,00.html>. Sendo coerente com a sua leitura de “sucesso” das UPPs, pasmem, propunha a nacionalização do projeto! Ver em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-defende-continuidade-para-levar-upps-a-todo-pais,621930>.

⁴ Falas literais de Jair Bolsonaro compiladas pelo programa Greg News, da HBO: “Não é porque uma pessoa sabe ler e escrever, que ele tá livre da marginalidade. Nós temos que adotar urgentemente sim, contra tudo e contra todos, os defensores de Direitos Humanos em especial, uma rígida política de controle da natalidade. Chega de nós darmos meios para que... Não darmos meios para que casais, cada vez mais, coloquem **gentes** (sic) que não tem a mínima condição de ser cidadão no futuro! Não adianta nem falarmos em educação, porque a maioria do povo não está preparada pra receber educação! **E não vai se educar!** Só o controle de natalidade pode nos salvar do caos. Tem que dar meios pra quem lamentavelmente é ignorante e não tem meios, controlar a sua prole. Porque nós aqui controlamos a nossa. E o pessoal pobre não controla.”. Afirma Bolsonaro que, para além de demonstrar total ignorância em vários temas básicos para um presidente da República, como economia e saúde, tem cinco filhos, sob os quais não parece possuir nenhum ou quase nenhum controle. “Rebanho” é o nome do nono episódio da quarta temporada do programa, disponível através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=LRagnNXyp5g>. Acessado em: 25/05/2020.

⁵ Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acessado em: 25/05/2020.

⁶ Esse projeto se expressa também contra as populações indígenas no Brasil, onde mais de 200 terras indígenas tem alto risco para a covid-19. Segundo A Pública: “Falta de demarcação de terras é bandeira de Bolsonaro e aumenta vulnerabilidade”. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/ineditormais-de-200-terras-indigenas-na-amazonia-tem-alto-risco-para-covid-19/>.

Acessado em 25/05/2020.

⁷ Publicação do Instituto Butantan de SP sobre o assunto: <http://coronavirus.butantan.gov.br/ultimas-noticias/o-que-e-imunidade-de-rebanho>. Acessado em 25/05/2020. ⁸ Ver sobre em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/12/bolsonaro-repete-que-70percent-pegarao-coronavir-us-cientistas-estimam-18-milhao-de-mortes-se-isso-ocorrer.ghtml>. Acessado em 25/05/2020. ⁹ “A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta segunda-feira [25/05/2020] a suspensão “temporária” de ensaios clínicos internacionais com hidroxicloroquina por “precaução”, após a publicação na revista médica The Lancet de uma pesquisa que questiona a eficácia e alerta para os efeitos contraproducentes deste medicamento, criado inicialmente para a malária e popularizado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que reconheceu que o usa [...] A pesquisa da The Lancet analisou mais de 96.000 pacientes em 671 hospitais em todo o mundo nos quais a cloroquina e seu derivado hidroxicloroquina foram usados como possível tratamento contra o coronavírus. A conclusão, que motivou a decisão da OMS, é que nenhum desses compostos apresenta benefícios aos pacientes hospitalizados pela covid-19, **mas aumentam o risco de sofrerem arritmias e de morrerem [grifo nosso]**. Ver mais em:

<https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-05-25/o-que-fez-a-oms-suspender-os-ensaios-com-a-hidroxicloroquina.html>. Acessado em 26/05/2020.

¹⁰ “Em meio a defesa contundente de Bolsonaro, estoque de cloroquina no país aumenta 30%. Exército produziu 1,25 milhão de comprimidos e contribuiu para que volume disponível chegasse a 11,6 milhões.” Ver mais em:

Trata-se de um projeto racista, eugenista, embranquecedor que, ao mesmo tempo em que responde aos anseios da crise do capital, “queimando” capitais (e esta é apenas uma das saídas), dá vazão e mobiliza os sentimentos conservadores, elitistas e racistas de uma significativa parcela da população, que estrutura e coesiona sua própria base de apoio, buscando também cooptar cada vez mais setores populares da classe trabalhadora para além dos clássicos setores médios, apresentando um “possível” caminho de superação da crise, sempre tendo como inimigos centrais os comunistas. Essas falas e propostas de Bolsonaro só são possíveis pela natureza estrutural do racismo no capitalismo, que condiciona econômica e culturalmente a vida humana neste tempo

histórico em que vivemos.

5. A construção pela base da luta antirracista no SINASEFE

A partir do cenário exposto acerca da ideologia do racismo no capitalismo brasileiro, podemos levantar alguns caminhos possíveis para a construção desta fundamental pauta sindical. Para que a exposição possa ficar a mais didática possível, dividiremos a pauta em quatro dimensões, que só fazem sentido quando operadas de maneira articulada: a) econômica; b) cultural; c) pedagógica e d) popular.

a) econômica: Para aqueles sindicatos que representam trabalhadores e trabalhadoras do setor privado, a principal reivindicação passa a ser a equiparação salarial entre negros e brancos, o que em si já representaria duros golpes nas taxas de lucro dos patrões, para além de equiparadas condições de trabalho. Mas e no caso do SINASEFE, que organiza um segmento do setor público federal? Se nossos salários já são equiparados, o acesso ao serviço público federal, sobretudo no campo educacional, ainda é restrito e muito elitizado. Apenas em 09 de junho de 2014 fora aprovada a Lei nº 12.990, que reserva aos negros e negras 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das fundações públicas, das autarquias, das sociedades de economia mista controladas pela União e das empresas públicas. No que diz respeito aos indígenas, a situação é ainda mais grave: são de 2019 e 2020 os Projetos de Lei 4386/19 e 5476/20, que dispõem sobre a reserva de vagas para indígenas em concursos públicos. Temos poucos dados sobre a composição étnica no serviço público federal como um todo, na especificidade da dimensão educacional técnica e tecnológica menos ainda. Para nós, é tarefa do SINASEFE também pressionar pela produção de dados mais precisos sobre essa realidade. Já que isso também se expressa na composição racial de nossas bases e como essa base se expressa nas direções de seção, bem como na direção nacional do sindicato.

Sabemos dos limites do sistema de cotas, sobretudo quando este é encarado por alguns setores como um fim em si mesmo. Para nós, para além de uma necessária reparação histórica, é uma mediação tática, mas que precisa ser encarada com firmeza. Seja no acesso de servidores, seja no acesso de estudantes. No último caso, para nós que defendemos uma universidade e uma escola popular, é preciso pôr fim ao vestibular e aos “vestibulinhos”, garantindo acesso universal aos filhos e filhas da classe trabalhadora à educação formal. Esse é um objetivo estratégico que só se realiza plenamente com o fim do capital, mas devemos construir ciclos de aproximações. Partindo do princípio de que as táticas não podem desautorizar nossos objetivos estratégicos, neste exato sentido, esta pauta não deve nos criar qualquer melindre político, isto é: precisamos incidir firmemente na luta pela manutenção, ampliação e aprofundamento do sistema de cotas.

É preciso lembrar que a lei que reserva 20% de vagas aos negros e negras no ingresso ao serviço público federal **tem prazo de validade**, curtíssimo por sinal: apenas 10 anos! Isto quer dizer que em junho de 2024 esta lei caduca, dentro de um contexto conjuntural cada vez mais conservador e explicitamente racista. Devemos nos preparar para não permitirmos mais essa retirada de direito, conquistado a duríssimas penas

<https://oglobo.globo.com/sociedade/em-meio-defesa-contundente-de-bolsonaro-estoque-de-cloroquina-no-pais-au-menta-30-1-24436231>. Acessado em: 26/05/2020.

pelos movimentos negros e a classe trabalhadora brasileira em luta. É fundamental também lutarmos pela aprovação das leis que reservam vagas para os indígenas. Garantir a estas

populaçõeso acesso a fontes de renda mais elevadas e com alguma estabilidade financeira é um compromisso político, mas também ético e moral. Se trata de mais dignidade (saúde, saneamento básico, escolaridade, moradia etc.) para quem representa 54% da população brasileira. Por isso, também é necessário que o sindicato opere melhor a dimensão da solidariedade de classe, como por exemplo com campanhas permanentes de auxílio financeiro para entidades, coletivos e movimentos sociais e populares da negritude classista.. Para além desta dimensão mais diretamente econômica, esta pauta influencia também na dimensão cultural e pedagógica da questão. Começemos pela dimensão cultural.

b) cultural: Quando falamos do aspecto de realidade que a *inferioridade racial* possui na dimensão prática da vida burguesa falamos principalmente dos tipos de trabalho que ficam reservados aos negros, negras e indígenas, mas não só. Sabemos que o fundamento histórico de tal inferioridade é uma grande mentira, já que do ponto de vista biológico e genético nem raças existem na humanidade. Nos acostumamos e acabamos por naturalizar (ideologia) o lugar das nossas tias, mães e irmãs nos serviços de limpeza e alimentação dentro das instituições de ensino, bem como nossos tios, pais e irmãos nos serviços de portaria e segurança, por exemplo, mas nunca nos espaços da reflexão teórica, nunca no lugar de intelectuais formais. No caso dos Institutos Federais, esse espaço é reservado a servidores terceirizados, aquela fração numerosa, extremamente precarizada e insegura nos seus direitos, e excluída da organização de classe, apartada dos outros segmentos docente e técnico-administrativo no sindicato.

Ainda hoje, quando nos deparamos com pessoas não-brancas dentro da academia, no lugar de intelectuais, nos causa um *choque cultural*, como se aquela pessoa não pudesse fazer parte daquele lugar. Parece-nos que, também por isso, devemos lutar para que a população negra e indígena acesse cada vez mais esses lugares intelectualizados, seja enquanto técnicos administrativos ou docentes, certos de que se estarão tensionando algumas das bases estruturais do racismo, no exato sentido da divisão racial do trabalho. Sabemos: não será, jamais, com o sistema de cotas que iremos explodir esta particular divisão; longe disso, esta é apenas uma mediação tática que em hipótese alguma desautoriza nossos objetivos estratégicos. Entretanto, cumpre um papel na formação cultural das pessoas, desnaturalizando elementos ideológicos centrais na prática cotidiana. Cumpre papel formativo, sobretudo na juventude negra e indígena, nossas e nossos estudantes, tão afetados negativamente pelo racismo, com efeitos cruéis na subjetividade e na saúde mental destes e destas jovens. Quando mostramos na prática – que é o critério da verdade – que atuamos a partir e através da solidariedade de classe, operamos também com a *pedagogia do exemplo*. O que nos leva à terceira dimensão, pedagógica.

c) pedagógica: Precisamos ser capazes não só de compreender, mas, sobretudo de explicar de maneira didática o que é o racismo; quais são as suas bases; o porque ele é estrutural; quais são seus efeitos e como podemos superá-lo. Isso precisa acontecer nos espaços e fóruns sindicais, mas também nos espaços de cada campus, bem como na própria sala de aula, com diferentes mediações a depender do tipo de conteúdo que se leciona ou do fazer profissional e técnico que se opera. Serão necessárias também abordagens pedagógicas e procedimentos técnicos que possibilitem a mediação desse tipo de conteúdo.

Se Malcom X estiver correto e de fato não existir capitalismo sem racismo, como tentamos brevemente demonstrar, para superar o racismo, precisaremos, necessariamente, destruir também o capitalismo em vias de construir uma sociedade socialista. Acreditamos que não é possível lutar contra algo que não se conhece. Portanto, é preciso conhecer o capital para lutar contra o racismo. Neste exato sentido, não seremos capazes de fazer isso sem o estudo sistemático do materialismo

histórico e dialético, enquanto método de análise da realidade que nos dá melhores condições de captar as contradições do mundo capitalista em movimento. Ao mesmo tempo, precisaremos aprofundar o estudo sobre a particularidade negra, indígena, africana e latinoamericana. Pensamos que é preciso dialogar, participar, ocupar e fundar novos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), onde pudermos. É uma mediação institucional, claro, mas que pode cumprir um papel pedagógico fundamental, garantindo a realização de grupos culturais e artísticos; de estudo; de pesquisa e, sobretudo, de extensão, o que nos leva à última dimensão de nossa abordagem, a dimensão popular.

d) popular: O SINASEFE deve estreitar laços com as suas bases, mas em sentido amplo, isto é, não apenas nas escolas onde trabalhamos, mas também nas comunidades ao redor onde nossas escolas estão situadas. Por este caminho, a extensão popular pode cumprir um papel muito relevante na pauta antirracista. No movimento de fora pra dentro, é possível trazer a comunidade para dentro da escola e contribuir no acesso ao conhecimento formal àquelas pessoas que, justamente pela sua condição racial, nunca puderam ter. Mas nos parece ser possível abrir espaços também para ir além da formalidade do conhecimento, ou pelo menos da sua dimensão mais acadêmica, sobretudo no movimento extensionista de dentro pra fora, caminhando para debates mais abertamente políticos, discutindo o bairro, a região e/ou a cidade, incidindo nos processos de consciência dessas pessoas. Isso só pode ser possível atuando praticamente, mapeando, por exemplo, a composição racial de cada região, as possíveis histórias de lutas dos povos negros e indígena na localidade, discutindo o acesso a cultura e ao lazer dessas pessoas, promovendo eventos e projetos neste exato sentido político-cultural e muitos outros exemplos. Acreditamos que os NEABIs podem ser muito eficientes nessa dimensão prática também. Devemos lembrar que estamos passando por um processo de curricularização da extensão em toda a rede federal, o que deverá criar um espaço de disputa pela hegemonia da visão de extensão que será implantada, incentivada e hegemônica como o modo institucionalmente aceito. Uma visão de extensão como espaço para o empreendedorismo e a inovação empresarial-financeira vem, não só, disputando, mas, ganhando, espaço nas políticas de extensão, lateralizando os espaços dos debates e políticas sociais, culturais e ambientais vinculados à comunidade em que a instituição está inserida

Finalmente, gostaríamos de compartilhar a seguinte formulação com aqueles e aquelas que negam ao debate racial um lugar fundamental dentro das tarefas da classe trabalhadora e também com aqueles e aquelas que se julgam mais “revolucionários” que os outros apenas por apontar uma mecânica “prioridade” da classe: a despeito de toda dificuldade, tentando melhor mediar as tarefas imediatas com as tarefas históricas de nossa classe, nós, do Movimento por uma Escola Popular no SINASEFE, chegamos para tentar contribuir neste exato sentido. O convite para conversar e formular conosco está feito.

Para nós, ou a revolução é preta, indígena e também branca... ou nunca será!

Venha construir a luta antirracista com o MEP-SINASEFE.

O 34º Congresso do SINASEFE RESOLVE:

- Fora Bolsonaro e Mourão! Ditadura nunca mais!
- Organizar uma campanha nacional do SINASEFE de combate ao racismo;
- Construir uma política de auxílio financeiro aos movimentos sociais e populares da negritude do

campo classista;

- Ampliar o estímulo para que as seções promovam Encontros Estaduais de Negros e Negras;
- Defender a manutenção e a ampliação da Lei nº 12.990, que institui o sistema de cotas no serviço público federal;
- Defender a aprovação dos PLs 4386/19 e 5476/20, que dispõem sobre a reserva de vagas a candidatos autodeclarados indígenas nos concursos públicos;
- Cobrar das instâncias cabíveis mais e melhores dados sobre a implementação do sistema de cotas no serviço público federal;
- Realizar diálogos do SINASEFE com os NEABIs da rede federal;
- Reforçar a importância da pauta de combate ao racismo em suas bases;
- Promover solidariedade internacionalista entre a classe trabalhadora e os problemas de opressão e exploração sofridas por outros povos;
- Propor formação política não apenas para a base, mas principalmente para os coordenadores e coordenadoras acerca da reprodução do racismo no movimento sindical;
- Capacitar pessoas para julgar politicamente casos de racismo dentro dos espaços e fóruns do SINASEFE; - Defender a manutenção da lei de cotas para negros e negras no serviço público federal (Lei 12.990/14), sem fixação de prazo de validade, e a ampliação do percentual de reserva de vagas, hoje limitado a 20%.. - Acolher todas as denúncias de racismo, sem prévio juízo, encaminhando para as instâncias responsáveis; - Contra o racismo e contra o genocídio da população negra;
- Contra o encarceramento em massa da população negra.
- Contra a redução da maioria penal.
- Em defesa dos povos originários e populações tradicionais das terras indígenas e quilombolas e sua autodeterminação em defesa do meio ambiente;
- Garantir a continuidade dos Encontros Nacionais de Negros, Negras e Indígenas do SINASEFE;
- Contra o Marco Temporal e pela demarcação das terras indígenas.